

## **EDUARDO GONZAGA OLIVEIRA DE NATAL**

*Mestre em Direito do Estado – Direito Tributário – pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Especialista em Direito Processual Civil pelo CEU/SP. Especialista em Estratégias Societárias, Sucessórias e Tributação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Advogado*

# **A DINÂMICA DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS**

## **PRATICABILIDADE E LIMITES**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, verão de 2014  
quartierlatin@quartierlatin.art.br  
www.quartierlatin.art.br

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: [quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

**Coordenação editorial: Vinicius Vieira**

**Diagramação: Antonio Marcos Cavalheiro**

**Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares**

**Capa: Eduardo Nallis Villanova**

**NATAL, Eduardo Gonzaga Oliveira de. A Dinâmica das Retenções Tributárias: Praticabilidade e Limites. São Paulo: Quartier Latin, janeiro de 2014.**

**ISBN 85-7674-705-7**

**1. Direito Tributário. I. Título**

**Índices para catálogo sistemático:**

**1. Brasil: Direito Tributário**

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

# SUMÁRIO

Prefácio, 13

## 1

Introdução, 17

## 2

Apontamentos Preliminares, 23

- 2.1. O contexto histórico e pré-jurídico (dimensão pragmática das retenções tributárias) .....25
- 2.2. O *status* da questão na doutrina e na jurisprudência.....29
- 2.3. A delimitação do objeto de estudo .....32

## 3

O Método em Face das  
Definições Epistemológicas, 39

- 3.1. O conceito de “método” .....42
- 3.2. As definições epistemológicas influenciam na definição do método .....45
- 3.3. O dado da linguagem (“giro linguístico”) e a postura metodológica .....46
- 3.4. O constructivismo lógico-semântico .....49
  - 3.4.1. A semiótica.....52
  - 3.4.2. A lógica deôntica.....55
  - 3.4.3. A axiologia .....58
    - 3.4.3.1. A vertente histórico-cultural.....60
    - 3.4.3.2. O texto e o contexto .....63
    - 3.4.3.3. Os axiomas da interpretação.....64
- 3.5. O percurso gerador de sentido deôntico .....66

## 4

A Teoria Geral – Ênfase na  
Norma e no Sistema, 69

4.1. A norma jurídica .....	71
4.2. A norma jurídica sob o aspecto sintático.....	73
4.3. A norma jurídica sob o aspecto semântico .....	74
4.3.1. Norma primária e norma secundária.....	75
4.3.2. Generalidade e individualidade, abstração e concreção – ciclo de positivação do direito.....	76
4.3.2.1. O fato jurídico – digressões essenciais.....	78
4.3.3. Normas de conduta e normas de estrutura .....	79
4.4. O Sistema de Direito Positivo.....	81
4.4.1. O Sistema de Direito Positivo e o conceito de validade .....	85

## 5

As Normas de  
Direito Tributário, 87

5.1. Norma de competência tributária .....	89
5.2. A Lei Complementar sob os ditames do art. 146 da CF/1988.....	92
5.3. A Regra-Matriz de Incidência Tributária.....	96
5.3.1. Considerações gerais.....	96
5.3.2. O esquema lógico-semântico da Regra-Matriz de Incidência Tributária .....	99
5.3.2.1. Critério material .....	100
5.3.2.2. Critérios espacial e temporal .....	101
5.3.2.3. Critério pessoal.....	102
5.3.2.4. Critério quantitativo .....	104
5.3.3. O dado semântico: a construção de tantas regras-matrizes (autônomas) quantas forem permitidas a partir do texto constitucional .....	106
5.3.3.1. A importância da noção de “moldura” .....	109
5.4. As normas que fixam outras providências tributárias .....	112
5.4.1. Os deveres instrumentais .....	113
5.4.2. A norma jurídica que fixa o liame da retenção tributária .....	114

5.4.3. A norma de crédito do contribuinte e a norma de compensação .....	115
5.5. Os princípios gerais .....	117
5.5.1. O “preâmbulo constitucional” – valores de índole prescritiva .....	120
5.5.2. Princípios que influenciam diretamente a dinâmica das retenções tributárias.....	122
5.5.2.1. República e Federação .....	123
5.5.2.2. Legalidade.....	124
5.5.2.3. Tipicidade .....	125
5.5.2.4. Consentimento.....	127
5.5.2.5. Igualdade .....	128
5.5.2.6. Capacidade contributiva .....	129
5.5.2.7. Vedação ao confisco .....	132

## 6

### A Praticabilidade Tributária, 135

6.1. A praticabilidade como instituto jurídico .....	137
6.2. A praticabilidade como princípio e como limite objetivo .....	142
6.3. Limites à praticabilidade tributária.....	144
6.4. A praticabilidade como supedâneo das retenções tributárias ...	147

## 7

### A Dinâmica Normativa das Retenções Tributárias, 151

7.1. A dinâmica da retenção: ênfase na coordenação entre uma Regra-Matriz de Incidência Tributária e uma norma de retenção .....	153
7.2. A Regra-Matriz de Incidência Tributária (autônoma) que participa da dinâmica da retenção tributária.....	155
7.2.1. As retenções tributárias em face da “moldura” constitucional.....	156
7.2.2. A atuação da norma geral em matéria tributária em face das regras-matrizes participantes da dinâmica das retenções tributárias.....	158

7.3. O antecedente da Regra-Matriz de Incidência Tributária (RMIT) participante da dinâmica das retenções tributárias .....	161
7.3.1. Aspecto material .....	161
7.3.2. Aspectos espacial e temporal .....	164
7.4. O conseqüente da Regra-Matriz de Incidência Tributária participante da dinâmica das retenções tributárias .....	165
7.4.1. Aspecto pessoal .....	165
7.4.1.1. Sujeição ativa .....	165
7.4.1.2. Sujeição passiva .....	169
7.4.1.2.1. A atuação da lei complementar como limitadora do exercício da competência do legislador ordinário .....	169
7.4.1.2.2. O art. 121 do CTN e a interpretação “jurídica” da sujeição passiva tributária.....	171
7.4.1.2.3. Os códigos jurídicos (i) lícito/ilícito e (ii) obrigacional/não obrigacional como fatores que determinam as figuras de sujeição passiva que participam da fenomenologia tributária.....	173
7.4.1.3. O enquadramento jurídico das figuras de sujeição dispostas no Código Tributário Nacional – interpretação sistemática que leva em conta: (i) disposições do Código Tributário Nacional, (ii) Regras-Matrizes de Incidência Tributária e (iii) normas individuais e concretas .....	175
7.4.1.3.1. A figura do “contribuinte” .....	175
7.4.1.3.2. Da solidariedade tributária.....	175
7.4.1.3.3. As figuras dos “responsáveis” conforme o Código Tributário Nacional .....	176
7.4.1.3.4. Da “responsabilidade por sucessão” e da “responsabilidade de terceiros” .....	177
7.4.1.3.5. A “responsabilidade por substituição” – instituto ínsito às regras-matrizes que participam da dinâmica das retenções tributárias .....	178
7.4.2. Aspecto quantitativo .....	183
7.5. A norma jurídica da retenção: norma de conduta que guarda relação de coordenação com a Regra-Matriz de Incidência Tributária .....	187
7.6. As normas de crédito e de compensação para fins de “ajuste” ...	190

## 8

Os Limites da Dinâmica das  
Retenções Tributárias, 193

8.1. A orientação dos princípios constitucionais .....	198
8.2. A dinâmica das retenções em face dos tributos “vinculados” e “não vinculados” a uma atuação estatal.....	200
8.2.1. Os “tributos não vinculados” .....	202
8.2.2. Os “tributos vinculados” .....	204
8.3. O filtro da materialidade .....	206
8.3.1. Materialidade e hermenêutica .....	209
8.3.2. A relação entre a hipótese de incidência e base de cálculo .....	212
8.4. O destinatário legal tributário .....	214
8.5. Presunções legais e ficções jurídicas em face da dinâmica das retenções tributárias .....	218
8.5.1. As presunções legais em face da obrigação tributária .....	221
8.5.2. As ficções jurídicas .....	227
8.6. A dinâmica das retenções tributárias e o caráter opcional e benéfico dos instrumentos de praticabilidade .....	228

## 9

Algumas Hipóteses Vigentes de  
Retenções Tributárias, 233

9.1. A “retenção de 11%” a título de contribuição previdenciária .....	235
9.2. As “retenções de PIS, Cofins e CSLL” sobre as receitas de serviços de limpeza, vigilância etc. ....	243
9.3. A “retenção do ISS” na Cidade de São Paulo.....	254
9.3.1. A “retenção do ISS” em face do Cadastro Municipal de Contribuintes .....	267
9.4. A “retenção do IR” .....	269
9.4.1. O “IR-Fonte” (antecipação) sobre adiantamento de rendimentos do trabalho assalariado .....	278
9.4.2. O “IR-Fonte” (antecipação) sobre pagamento feito por pessoa jurídica em razão de serviços de natureza profissional prestados por outra pessoa jurídica .....	282

9.4.3. A responsabilidade pela “antecipação”: a jurisprudência e o Parecer Normativo nº 1/2002 da Receita Federal.....	285
9.4.4. Algumas hipóteses controvertidas .....	293

**10**

## Síntese Conclusiva, 297

10.1. Premissas .....	299
10.2. Conclusões .....	305

## Referências Bibliográficas, 311